



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681137 - RJ (2021/0224918-3)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : PATRICK BACALHAU DE JESUS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PATRICK BACALHAU DE JESUS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação n. 0026325-04.2019.8.19.0014).

O paciente foi sentenciado "à pena privativa de liberdade de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime semiaberto, [...] por infringência ao preceito normativo contido no artigo 33, *caput*, da Lei 11.343/2006" e absolvido "do crime previsto no artigo 35 da mesma Lei, com fulcro no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal" (fl. 79), penalidade mantida em razão do desprovimento da apelação.

Sustenta que a sentença se baseia em "prova ilícita, produzida em ofensa à inviolabilidade de domicílio garantida pela Constituição da República, em franca violação aos comandos do art. 5º, XI e LIV, da Constituição Federal e do art. 157 do Código de Processo Penal" (fl. 6).

Argumenta que denúncia anônima não autoriza a violação de domicílio, menos ainda quando ausente autorização do morador, sendo inservível mera alegação de que foi franqueado o acesso ao imóvel.

Subsidiariamente, alega que o paciente faz jus à causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para aguardar o julgamento em liberdade. No mérito, o reconhecimento da ilicitude das provas, com a absolvição do paciente ou, subsidiariamente, o reconhecimento do tráfico privilegiado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que "o trancamento da ação penal ou inquérito policial por meio do habeas corpus é medida excepcional. Por isso, será cabível somente quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito" (AgRg no HC n. 615.321/PR, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 12/11/2020), o que torna a liminar em plantão momento inadequado à pretensão de reconhecimento da ilicitude da prova.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente